

Votando no chapéu

DF-Brasão

O processo de registro da candidatura do deputado Múcio Athayde tornou-se, com a decisão do TRE de negá-lo por abuso do poder econômico, como que um julgamento da ética política-eleitoral. A questão ultrapassa os limites do formalismo para ser a definição do sentido da lei. O que se pretende é uma representação escolhida livremente ou não? O que se deseja é vender sabonete, pasta de dente etc., ou escolher constituintes?

O cidadão Múcio Athayde, que chegou a ser cassado, não está em jogo. O que deve ser examinado, a meu ver, é sua pregação política no Distrito Federal, feita através da distribuição de leite e pão, que substitui, em sua campanha, os posicionamentos sobre temas de interesse público. Qual o compromisso que terá, no exercício do mandato, com os que o cercam para receber pão e leite e participam de suas bem organizadas manifestações?

Não sei se o eleitor o conhece, sabe como se elegeu em Minas Gerais e Rondônia. Contudo, é inegável que o identifica. Ele se tornou popular, através de bem montada campanha, como o homem do chapéu. Poderia ser o senhor da gravata vermelha ou dos sapatos pretos ou do carro branco etc. O que isto significa? Nada. Pelo menos em termos doutrinários. Não há qualquer indício de como seu chapéu votará na Constituinte.

Em termos jurídicos será muito difícil comprovar que o deputado Múcio Athayde abusou do poder econômico e isto talvez lhe garanta o registro e o mandato, pois aparecerá como vítima. Em termos morais, porém, não há dúvida de que usou a pobreza do povo — fornecendo pão e leite aos necessitados — para obter seu voto, que deveria ser dado por motivos políticos.

Múcio Athayde não é, infelizmente, um caso isolado. Em todos os Estados há denúncias de que estão sendo gastos milhões e milhões de cruzados na campanha eleitoral sem que se conheçam, até o momento, providências mais efetivas da Justiça Eleitoral para coibir os abusos. A decisão do TSE provocará uma maior vigilância contra esses excessos ou desanimará os que estão inconformados com o nível da campanha eleitoral.

Claro que será quase impossível comprovar a corrupção eleitoral, a compra de votos, mas ninguém é ingênuo para não saber de sua existência, confessada em conversas informais. É preciso reconhecer a realidade, enfrentá-la. Como fazê-lo é um problema delicado. Punir com base em simples denúncias ou em acusações, geralmente de adversários, é altamente perigoso.

Nesse aspecto é que a decisão do TSE terá uma influência decisiva na atual campanha eleitoral. Revogando a resolução do TRE, que se inclinou pelo predomínio da ética, estará contribuindo para que as eleições sejam, em todo o País, uma disputa desenfreada entre demagogos e leiloeiros de votos. Mantendo-a, incentivará os que lutam pela moralidade pública, mas afirmará a supremacia do espírito da lei sobre disposições expressas.

A missão do TSE não é fácil porque, acolhida a tese da moralidade, Múcio Athayde não poderá ser o primeiro e único. Felizmente se pode confiar no TSE.